

O ARQUIVO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL
THE ARQUIVO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
POLICY AND ORGANIZATION OF SCIENCE IN PORTUGAL

MARIA FERNANDA FERNANDES GARCIA ROLLO | Professora Associada com Agregação do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e presidente do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MADALENA TEOTÓNIO PEREIRA BOURBON RIBEIRO | Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Educação e Ciência), investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PAULA CRISTINA VELOSO MEIRELES | Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Educação e Ciência), investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

RESUMO

O Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia foi criado em 2011. Contém um acervo essencial ao estudo das políticas científicas e da organização da ciência em Portugal, desde os meados do século XX, e do próprio sistema científico nacional. Integra espólios documentais das instituições de organização e administração pública da ciência e de alguns dos seus principais protagonistas.

Palavras-chaves: história da ciência; política científica; acervos científicos; arquivos.

ABSTRACT

The Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia was established in 2011. Its collections are essential to the study of scientific policy and organization of science in Portugal, since the mid-twentieth century, and to the study of the Portuguese national science system itself. It includes among its collections the archives of institutions responsible for the organization and public administration of science, as well as the personal archives of some of its main protagonists.

Keywords: history of science; science policy; science archives; archives.

RESUMEN

El Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia se creó en 2011. Contiene un acervo documental esencial para el estudio de las políticas científicas y de la organización de la ciencia, en Portugal desde mediados del siglo XX y del propio sistema científico nacional. Integra archivos de instituciones responsables de la organización y la administración pública de la ciencia, así como los archivos personales de algunas figuras importantes en el campo.

Palabras clave: historia de la ciencia; política científica; acervos científicos; archivos.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia – IP (FCT) foi criada em 1997, sucedendo à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT).

A história da FCT reflete e confunde-se com a própria história da ciência e tecnologia e da organização da ciência em Portugal. A par do seu passado histórico, a FCT é herdeira e detentora de um significativo património, com larga predominância de acervo documental, que inclui, para além do seu próprio arquivo, o espólio da JNICT e de outros organismos públicos e privados.

A FCT tem desenvolvido várias iniciativas no sentido de garantir a preservação, organização e divulgação do seu arquivo histórico, valorizando o seu carácter verdadeiramente singular e único no que respeita ao conhecimento da história da organização e administração da ciência, das políticas científicas e, afinal, da própria história das ciências em Portugal. Perspectiva-se como um espaço de cultura e de memória, integrando outros contributos, nomeadamente acervos pessoais, que aqui encontram um lugar adequado à sua salvaguarda, completando, aumentando o património nacional que o Arquivo da FCT constitui.

Entende-se, assim, que, para lá da missão permanentemente renovada de promover ciência, a inexorabilidade histórica coloca a FCT, e as instituições que a precederam, decorridos pouco mais de quarenta anos da criação da JNICT, como objeto de ciência.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

Se a história da prática científica e do desenvolvimento da ciência em Portugal conta já com diversos contributos, para diferentes períodos históricos (AA.VV, 1986; AA.VV, 1992; Pereira et al., 2006; Fitas et al., 2008), a história das instituições e das políticas científicas, da organização da ciência pelo poder central, entenda-se, é uma aproximação “político-institucional” à história da ciência que tem carecido de atenção historiográfica. Também se compreende que um quesito fundamental para o aprofundamento da história institucional reside, precisamente, em acautelar o património documental e a estreita cooperação entre historiadores e arquivistas.

Em particular, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) foi criada através do decreto-lei n. 47.791/1967, de 11 de julho, sendo-lhe cometidas as “funções de planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional”.

A sua criação resultava afinal da crescente expansão da ciência e da tecnologia e do significado do percurso histórico que, sobretudo desde a Primeira Guerra Mundial, se vinha institucionalizando em Portugal, no sentido da definição e realização de uma política científica nacional.

De fato, a vontade e a necessidade de organizar a ciência tinham já um passado histórico que remontava diretamente ao início do século XX, cumprindo um percurso em que se inscrevia agora a criação da JNICT, processo que se manteve sempre a par da observação atenta das experiências internacionais quanto aos modelos de coordenação da investigação científica e tecnológica.

Frustradas diversas tentativas, foi no contexto da ditadura militar (1928-1933) que se criou pelo decreto n. 16.381/1929, de 16 de janeiro, a Junta de Educação Nacional (JEN). A JEN prosseguia um programa vasto e ambicioso, que ia da ciência à cultura, passando ainda por intuítos de pedagogia nacional. Criada no seio do Ministério da Instrução, tinha como principais atividades conceder bolsas, criar centros e atribuir subsídios. Viria a sofrer ampla organização em 1936. Criar-se-ia então uma Junta Nacional de Educação (JNE), organizada em várias seções, contendo uma 7ª seção encarregada da cultura e da ciência, que se designou Instituto para a Alta Cultura (IAC), que herdava as funções da anterior JEN. Ainda que cerceado na sua autonomia, o IAC teve um papel importante no envio de bolseiros para o estrangeiro e na criação de centros de investigação, pesem embora os condicionalismos decorrentes da estreiteza de visão e de meios e, sobretudo, das idiossincrasias autoritárias e redutoras da matriz política vigente.¹

Em termos gerais, a Segunda Guerra Mundial e o contexto de tensão e competição da Guerra Fria que lhe sucedeu tiveram um impacto decisivo na evolução da ciência, conferindo-lhe um crescente valor econômico, político e estratégico. Ao mesmo tempo, reforça-se a tendência no sentido da afirmação do papel e da responsabilidade do poder central na área da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico e a promoção de políticas nacionais para a investigação e educação científicas, suscitando, é claro, o debate e a reconfiguração institucional em matéria de organização da ciência.

Em Portugal, após a Segunda Guerra, também se discutiu o estado da investigação científica, propondo-se a “metamorfose” do IAC numa “Fundação Nacional de Ciência”. Contudo, e apesar dessa ideia ambiciosa, o que se seguiu foi uma nova reestruturação do IAC (decreto-lei n. 38.680/1952, de 17 de março), que passou a designar-se Instituto de Alta Cultura, autonomizando-se, então, da JNE, mas mantendo o escopo de atuação no Ministério da Educação Nacional. Contemplava-se, ainda assim, a necessidade de montar uma estrutura de maior envergadura administrativa; no entanto, deixava-se só implicitamente ao IAC a questão da coordenação da investigação, e apenas no âmbito do Ministério da Educação. Já o tópico da projeção cultural do país parecia ganhar novo fôlego.²

Apesar dos impasses, os anos de 1950 registaram iniciativas em alguns setores estratégicos, nomeadamente no que se refere à energia nuclear e às colônias africanas. Surgiriam entretanto, no contexto externo, novas reflexões quanto ao caminho a prosseguir. Os anos de 1960 trariam mesmo algum questionamento dos moldes da ação estatal para com a ciência, assinalando-se a necessidade de delimitar os interesses do Estado e da sociedade sobre a investigação conduzida. Além do mais, e em boa medida por influência dos economistas no terreno das políticas científicas, ganhava expressão o papel da ciência e da tecnologia no

¹ Ver sobre a história da Junta de Educação Nacional, os organismos que lhe sucederam, a questão da política e do sistema de organização da ciência e da investigação em Portugal no século XX, Rollo et al., 2012.

² Em específico, para uma descrição e interpretação deste debate veja-se Rollo et al., 2012, p. 196 e ss. e 210 e ss.

crescimento econômico e mesmo no bem-estar social. Colocam-se novos desafios, surgem novas preocupações, nomeadamente no campo da distribuição racional dos recursos, suscitando outras reflexões e definição de prioridades.

Foi então que, também no âmbito português, e depois de sucessivos anos de algum impasse, e talvez sob o impulso de personalidades de relevo, ou sob a influência crescente de circuitos internacionais de política científica, nomeadamente da OECE/ OCDE (refira-se ao projeto das Equipas-Piloto, que contemplou também Portugal) e da própria NATO/ OTAN, se começou a insinuar a ideia de que urgia organizar com maior detalhe e orientação a investigação científica nacional. Afirmava-se a ideia de uma maior coordenação, tanto por causa de imperativos de prestígio como por necessidade de potenciar os escassos meios e recursos existentes.

Colocando-se em maior amplitude o tema da administração da ciência, e com certa acuidade estratégica própria da conjuntura, e inclusive no quadro da Guerra Fria, se decidiu pela importância de definir uma “política científica nacional”. Desejo a que corresponderia a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), no seio da Presidência do Conselho (decreto-lei n. 47.791, de 11 de julho de 1967).³

criação e história da JNICT (1967-1997)

A principal novidade da JNICT, de um ponto de vista da história das políticas científicas, foi a assunção dessa necessidade de coordenação dos recursos nacionais, englobando os mais diversos setores, da economia à educação. A criação da JNICT, pode dizer-se, revelava o fracasso do IAC no respeitante à coordenação intersectorial.

Na prática, a preocupação com a modernização falhada do sistema económico fez surgir entre as elites nacionais algumas tentativas “subterrâneas” de formular uma solução para a escassa qualificação da mão de obra e para a fraca modernização do setor produtivo (Rollo; Brito, 1996; Rollo et al., 2012; Brito, 1995; Santos, 1996).

Compreende-se, assim, que no seu diploma fundador se salientem, para além da *urgência* de definir a “política científica nacional”, duas questões prévias e fundamentais: (i) a integração do novo organismo na Presidência do Conselho, afastando-o do IAC, com a justificação da sua ação se estender a outros setores, incluindo as províncias ultramarinas e (ii) o cometimento de funções de coordenação da investigação científica como tecnológica, nomeadamente relacionadas com a defesa nacional e o desenvolvimento económico.

Desde logo a JNICT assumiu no âmbito da sua missão a participação, ou coordenação da participação, em reuniões internacionais (OTAN, OCDE, ONU etc.), ou ainda o estabelecimento de estruturas permanentes, sobretudo com a criação de várias comissões em áreas consideradas estratégicas: Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior (portaria n. 29/70, de 14 de janeiro); Comissão Permanente INVOTAN (portaria n. 141/70, de 12 de mar-

³ Ver, entre outros estudos, a contribuição recente de Tiago Brandão para a história da JNICT em Brandão, 2008.

ço); Comissão Nacional do Ambiente (portaria n. 316/71, de 19 de junho); Comissão Permanente para a Cooperação Científica e Técnica com as Comunidades Europeias e com a OCDE – COCEDE (portaria n. 357/71, de 3 de julho).

Entretanto, em 1972, a JNICT “aderia” ao planejamento, assumindo a função de gabinete setorial de planejamento para a área horizontal da ciência e tecnologia, área que nos planos econômicos anteriores não aparecia autonomizada. Por fim, como principais iniciativas levadas a cabo pela JNICT, refira-se à sistematização das atividades de inventariação dos recursos em ciência e tecnologia – de fato, foi dada prioridade à inventariação sistemática de recursos nacionais e, em junho de 1973, foram publicados os primeiros dados, relativos a 1971, sobre despesa e outros elementos para a caracterização e conhecimento do campo científico e técnico em Portugal.

Com a Revolução de 25 de abril de 1974, houve que reacertar o destino da investigação científica evitando trilhos confusos e incertos. Apesar das boas intenções constitucionais, o reduzido orçamento para as despesas de I&D e as resistências setoriais, a uma administração pública e coordenada da ciência, vieram marcar negativamente o período de 1974 a 1986, como de impasse, pródigo em iniciativas, mas, com frequência, de sentido oposto ou contraditório (Gonçalves, 1998).

Em 1976, as competências e meios de execução correspondentes à investigação científica foram retiradas ao IAC e atribuídas ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), criado pelo decreto n. 538/76, de 9 de julho. As competências e meios de execução correspondentes à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro viriam a ser atribuídas ao Instituto de Cultura Portuguesa (hoje Instituto Camões), pelo decreto-lei n. 541/76.

No contexto de uma mal disfarçada disputa de competências (Caraça, 2002; Heitor; Horta, 2004), a JNICT ficou na esfera do Ministério das Finanças e Planeamento, e o recém-criado Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, no Ministério da Indústria. No início dos anos de 1980, a JNICT introduziu o primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIDCT), prevendo medidas claras de política científica destinadas à investigação científica, que assumia então como o seu principal instrumento de política científica. Aconteceu que, já em 1983, o Ministério da Indústria, através do LNETI, lançou o Plano Tecnológico Nacional (PTN), uma iniciativa que viria a causar conflitos institucionais com a política da JNICT.

Foi já no quadro da integração europeia que os mecanismos de política científica se reforçaram, alargando a diversidade das fontes e os instrumentos de financiamento, e intensificando ainda o trabalho em rede com parceiros externos (Caraça, 2002). De fato, é reconhecido que foi preciso esperar pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia para assistir a um “real impulso dos investimentos públicos na investigação científica” (Ruivo, 1998).

Em 1986, a JNICT acabou por estabilizar-se no Ministério do Plano. Em 1987, na sequência das Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnologia, constituindo um assinalável contributo da comunidade nacional de C&T para a modernização do país (Heitor; Horta, 2004; Abreu, 1987), a JNICT lançou o Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia (PMCT), cujo objetivo era a implementação de um conjunto de projetos dinamizadores de

C&T, a nível nacional. Pouco mais tarde, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de C&T, a intitulada Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico (lei n. 91/88, de 13 de agosto). Nesse diploma, foi levada a cabo uma importante reestruturação da JNICT (decreto-lei n. 374/88, de 21 de outubro), consolidando-se o seu papel de instituição financiadora e enquadrando os seus programas na elegibilidade explícita do Quadro Comunitário de Apoio (QCA), designadamente programas de fomento como o Programa CIENCIA (Criação de Infraestruturas Nacionais de Ciência, Investigação e Desenvolvimento) (1990-1993).

Sob o impulso de um pacote de medidas sustentado pelos fundos estruturais, a JNICT ganhou um protagonismo acima dos outros organismos. Não tardou o decreto-lei n. 188/92, de 27 de agosto, extinguindo o INIC, tendo sido as suas principais atribuições transferidas para a JNICT. Ressalvava-se, porém, que a situação seria transitória, até a efetiva criação dos organismos resultantes da reestruturação antes referida.

A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

A criação, em 1995, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) introduziria uma enorme remodelação institucional. A criação de um ministério próprio, há muitas décadas recomendada da OCDE, anunciava alterações (decreto-lei n. 296-A/95, de 17 de novembro). Com efeito, a breve prazo, em 1997, as atribuições da JNICT foram distribuídas por três instituições, dependentes do MCT: a FCT, que passava a ter funções de avaliação e financiamento, o Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), com atribuições na área da cooperação internacional, e o Observatório das Ciências e Tecnologias (OCT), com funções de observação, inquirição e análise (decreto-lei n. 188/97, de 28 de julho).

A FCT é um instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira e com património próprio, integrado na administração indireta do Estado, atualmente sob tutela e superintendência do Ministério da Educação e Ciência. Tem por missão

o desenvolvimento, o financiamento e a avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamentos científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, bem como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional, a coordenação das políticas públicas de ciência e tecnologia, e ainda o desenvolvimento dos meios nacionais de computação científica (decreto-lei n. 55/2013, de 17 de abril).

Em termos concretos, a atividade de promoção e financiamento da investigação científica e tecnológica da FCT consubstancia-se em cinco tipos de apoios diferentes: projetos; recursos humanos; instituições; equipamentos; e outros apoios (reuniões, publicações etc.).

A FCT prossegue desde 1997 a sua missão permanentemente renovada no campo da ciência em Portugal, transportando um legado histórico, salvaguardando e enriquecendo um inestimável património documental que constitui, formalmente desde 2011, o Arquivo de Ciência e Tecnologia.

O ARQUIVO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O espólio histórico da FCT encontra-se bem preservado, tendo sobrevivido contra o que tem acontecido com importantíssimos acervos históricos públicos e privados, a voragens, abandonos e até destruições provocados por razões de ordem muito diversa.

Trata-se de um acervo único e de inegável interesse e qualidade histórica, que, como se referiu, acompanha e repercute a textura e a atividade cultural e científica portuguesa desde os meados do século XX até a atualidade, a forma como se desenharam, estruturaram e desenvolveram estratégias e políticas de enquadramento dessa atividade, as relações que se estruturaram e aconteceram em sede nacional e internacional entre os diversos tipos de organismos, públicos ou privados, de alguma forma ligados à vida científica.

Considerando o inestimável valor científico e patrimonial desse acervo histórico, a FCT celebrou um protocolo de colaboração com o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), em 2008, com o objetivo de promover o tratamento e a organização indispensáveis à sua preservação, divulgação e estudo. Todo o trabalho desenvolvido no âmbito deste protocolo tem contado com o acompanhamento técnico da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a entidade pública portuguesa responsável pela coordenação do sistema nacional de arquivos.

O trabalho já realizado vem confirmar o interesse e valorizar a existência do Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT, o primeiro Arquivo do gênero existente em Portugal, e, nesse sentido, enaltecer e reforçar a responsabilidade da sua salvaguarda como fonte primária essencial para a história da organização da atividade científica em Portugal desde meados do século XX, tanto na dimensão nacional como internacional.

O Arquivo de Ciência e Tecnologia (ACT) da FCT foi formalmente inaugurado e aberto ao público, em 16 de dezembro de 2011. É atribuição do ACT o tratamento, a organização, a conservação, a comunicação e a divulgação do acervo documental à guarda da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Para além deste acervo, o ACT prossegue o propósito de recolher e disponibilizar à comunidade outros espólios, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por pessoas e instituições que (i) efetuam investigação científica, (ii) contribuem para o progresso tecnológico e (iii) realizam um conjunto de outras atividades diretamente relacionadas com a investigação científica como o planeamento, o financiamento, a cooperação internacional, a organização e divulgação de documentação e informação científica, entre outros.

OS ACERVOS DO ARQUIVO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O denominador comum de uma parte significativa da documentação existente no ACT diz respeito à promoção, financiamento e acompanhamento da investigação científica e tecnológica em Portugal. Esta atividade foi levada a cabo, primeiro pela JNICT e depois pela FCT e, em simultâneo com ambas, por um conjunto de outras entidades públicas com atribuições específicas, entretanto extintas, de que falaremos mais à frente. Para além destes acer-

vos institucionais, há que contar com a integração de três espólios de cientistas, dois doados pelos próprios, o terceiro pela família, que vieram valorizar o patrimônio arquivístico do ACT.

Assim, o ACT reúne os fundos e espólios produzidos pelas seguintes entidades:

QUADRO 1 – Acervos institucionais

NOME	DATAS*	ÂMBITO DA DOCUMENTAÇÃO
Comissão INVOTAN	1959-	Cooperação internacional no âmbito da OTAN
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica	1967-1997	Financiamento da investigação científica; cooperação internacional
Instituto Nacional de Investigação Científica	1976-1992	Financiamento da investigação científica e cooperação internacional no quadro universitário
Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI	1994-2001	Gestão de um programa comunitário
Fundação para a Ciência e a Tecnologia	1997-	Financiamento da investigação científica; cooperação internacional
Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional	1997-2003	Cooperação internacional bilateral e multilateral
Unidade de Missão Inovação e Conhecimento	2002-2005	Coordenação das políticas para a sociedade da informação
Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior	2003-2007	Cooperação internacional bilateral e multilateral
UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento	2005-2012	Coordenação das políticas para a sociedade da informação

* As datas correspondem às datas de existência da instituição.

QUADRO 2 – Espólios pessoais

NOME	DATAS**	ÂMBITO DA DOCUMENTAÇÃO
Mário Ruivo	1969-1990	Atividade na Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior e na Comissão Permanente de Oceanologia da JNICT
Mariano Gago	1978-1992	Presidente da JNICT
David Ferreira	1911-2002	Atividade académica e científica na Faculdade de Medicina de Lisboa

** As datas correspondem às datas extremas da documentação doada.

A FCT, como é sabido, herdou da JNICT as funções de coordenação, planeamento e fomento da investigação científica e tecnológica no território nacional. Os fundos da JNICT e da FCT são efetivamente indissociáveis, na medida em que quase todos os processos em

curso, quando da extinção da JNICT, foram continuados e encerrados na FCT. Uma parte significativa da documentação reporta-se a processos de apoio de projetos, de bolsas, de unidades de investigação e de equipamento científico. Contém, também, documentação relativa à implementação de políticas e estratégias científicas em Portugal e à cooperação internacional na área da C&T.

Em 1992, o diploma de extinção do INIC (criado em 1976 na dependência do Ministério da Educação e da Ciência com a missão de contribuir para o fomento da investigação científica no sistema universitário) decretou a transferência das suas principais atribuições, bem como do seu arquivo central, para a JNICT, integrando assim o atual ACT. O acervo comporta essencialmente processos de financiamento dos centros de investigação existentes nas várias universidades nacionais, processos de bolseiros e processos de intercâmbio científico (acordos, convênios científicos bilaterais e multilaterais).

Em termos de cooperação internacional, como ficou registrado, quando da extinção da JNICT foi criado o ICCTI, no sentido de dirigir, orientar e coordenar as ações de cooperação internacional no domínio da ciência e da tecnologia. Em 2003, o ICCTI foi extinto, sendo criado o Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES), na dependência do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, que tinha por funções o planeamento, a coordenação e o apoio técnico nas áreas dos assuntos comunitários e das relações internacionais nos domínios da ciência, da tecnologia e do ensino superior. Esta nova estrutura absorveu as funções do ICCTI. Os acervos destas duas entidades foram herdados pela FCT, em 2007, resultado da extinção do GRICES. Uma parte significativa destes fundos inclui processos de cooperação bilateral resultantes de protocolos de colaboração e de acordos científicos e culturais com outras entidades, nomeadamente congêneres, e processos de cooperação multilateral, resultantes da participação ou representação nacional em redes e instituições internacionais, tais como a Organização Europeia para a Investigação Nuclear (CERN), a OCDE e a Unesco.

A Comissão INVOTAN, criada em 1959, na Presidência do Conselho, com o objetivo de coordenar e apoiar as atividades científicas realizadas no âmbito da NATO (OTAN), funcionou dentro de diferentes entidades. Em 1970, foi integrada na JNICT. Entre 1997 e 2003, a Comissão funcionou no ICCTI; até 2007 no GRICES; e, por fim, desde 2007, está na FCT. Apesar das mudanças de tutela, o fundo da Comissão INVOTAN mantém a continuidade desejada, incluindo documentação sobre os vários programas, quer de financiamento, quer de intercâmbio científico, bem como os próprios processos de financiamento.

O Gabinete de Gestão da Intervenção Operacional PRAXIS XXI foi a estrutura criada para prestar apoio técnico ao programa de financiamento PRAXIS XXI (1994-1999), tendo essencialmente por missão o apoio aos gestores deste programa. Este acervo inclui, entre outros, documentação relativa ao acompanhamento do programa e ao relacionamento com as entidades responsáveis pela gestão técnica e administrativa das várias medidas.

A Unidade de Missão Inovação e Conhecimento criada em 2002, na dependência do ministro-adjunto do primeiro-ministro, foi a estrutura de apoio ao desenvolvimento da política governamental em matéria de inovação, sociedade da informação e governo eletrónico.

Em 2005, o trabalho desta Unidade de Missão foi continuado pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, extinta em 2012, por integração de uma parte das suas atribuições na FCT.

Relativamente a espólios pessoais, fazem parte do ACT, espólios de três personalidades na área da ciência e tecnologia: (i) o espólio do professor José Mariano Rebelo Pires Gago, representativo do exercício das suas funções enquanto presidente da JNICT (1986-1989). Físico de formação, especializado em física das partículas, foi ministro da Ciência e Tecnologia, entre 1995 e 2002, e ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, entre 2005 e 2011; (ii) o espólio do professor Mário João de Oliveira Ruivo, no âmbito da sua atividade na Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior e na Comissão Permanente de Oceanologia. Biólogo de formação, especializou-se em oceanografia biológica e gestão dos recursos marinhos; (iii) e, por último, o espólio do professor José Francisco David Ferreira (1929-2012), no âmbito da sua atividade na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Investigador nas áreas da biologia celular, histologia e embriologia. Este espólio integra documentação de Celestino da Costa (1884-1954),⁴ de quem David Ferreira foi discípulo.

Para além do tratamento e disponibilização do património documental à guarda da FCT, um dos objetivos do ACT consiste no apoio técnico ao tratamento e disponibilização de arquivos de C&T pertencentes a outros organismos, com interesse para o conhecimento e estudo da história da ciência e das políticas científicas em Portugal. Neste âmbito, em 2012, a FCT assinou um protocolo de colaboração com o Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, através do qual passou a deter a gestão arquivística do acervo documental da extinta Junta de Energia Nuclear (JEN) (1954-1979). Foi neste contexto que promoveu o seu tratamento para disponibilização à comunidade científica e ao público em geral.

PROJETO DE TRATAMENTO DOCUMENTAL

Como referimos acima, em 2008 a FCT e o Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH-UNL celebraram um protocolo com o propósito de promover a organização, o tratamento e a divulgação do património documental à guarda da FCT. Desde então, um grupo de arquivistas, investigadores e técnicos do IHC tem dedicado o seu trabalho a este projeto, que tem dois componentes distintos, mas estreitamente relacionados: o tratamento e organização da documentação acumulada; e a gestão da informação ao nível do arquivo corrente.

Desde 1967, a documentação produzida, primeiro pela JNICT, depois pela FCT, não sofreu qualquer tratamento arquivístico. Por outro lado, o *boom* documental das últimas décadas, bem como a integração de acervos de instituições públicas, porém extintas (já referidas), levou a que no início deste projeto tivessem sido contabilizados cerca de quatro mil metros lineares de documentação, que se encontravam dispersos em vários depósitos.

⁴ Histologista e embriologista, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, foi presidente da Junta de Educação Nacional (1934-1936) e da sua sucessora, o Instituto de Alta Cultura (1936-1942).

Iniciado o tratamento arquivístico e cumprindo as formalidades legais definidas para estes casos, o primeiro passo foi a elaboração do *Relatório de avaliação de documentação acumulada para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia*, apresentado em 2010 à DGLAB, que tem apoiado e acompanhado este projeto.

O parecer favorável da DGLAB permitiu dar continuidade ao trabalho de eliminação de quinhentos metros de documentação sem valor arquivístico e início da descrição e inventariação da documentação de conservação permanente. O sistema utilizado para o trabalho de descrição e inventariação é o Digitarq, aplicação utilizada em vários arquivos históricos portugueses, que obedece às principais normas de descrição internacionais.

O trabalho de descrição, que decorre atualmente, envolve, entre outras, as seguintes tarefas: descrição e elaboração de um inventário, seguindo as orientações preconizadas nas ISAD(G) e na parte I das *Orientações para a descrição arquivística*;⁵ elaboração do estudo e descrição orgânico-funcionais das entidades produtoras da documentação, seguindo as orientações preconizadas nas ISAAR(CPF) e na parte II das *Orientações para a descrição arquivística*. O inventário do ACT, em permanente crescimento, está disponível em <<http://www.fct.pt/arquivo/>>.

Na segunda metade de 2011, a Fundação conseguiu reunir praticamente todo o espólio arquivístico, disperso por vários depósitos, num único espaço, situado nas caves do edifício sede, na av. D. Carlos I, em Lisboa.

Ao nível do arquivo corrente, e no âmbito deste projeto de tratamento e organização do património documental da FCT, resultou também a produção de dois instrumentos de gestão documental essenciais em qualquer organismo público: um plano de classificação para a instituição e uma portaria de gestão de documentos (portaria n. 194/2011, de 16 de maio).

Entretanto, a FCT constituiu uma equipe encarregada de desenvolver e acompanhar as tarefas inerentes à implementação e funcionamento de um sistema de gestão documental, ferramenta indispensável ao bom funcionamento da instituição. O Sistema Eletrónico de Gestão de Arquivo (SEGA) da FCT está em funcionamento desde abril de 2011. Este sistema garante, entre outras funcionalidades, a gestão de entrada e saída de documentação, a sua digitalização, associação de metainformação, organização e classificação. Garante, ao mesmo tempo, a articulação com o arquivo histórico e, dessa forma, a preservação da história e da memória da FCT.

O trabalho de organização do Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT tem proporcionado a (re)descoberta de uma documentação inestimável para o estudo da temática geral da política e da organização da ciência em Portugal e das diversas áreas científicas e instituições associadas, entre diversas outras dimensões, comprovando a importância deste espólio.

5 As *Orientações para a descrição arquivística* (ODA) são, tal como o nome sugere, o documento orientador da descrição de arquivos, produzido pela Direção-Geral de Arquivos, com base no normativo internacional. As ODA estão divididas em três partes: descrição de documentos de arquivo; descrição de registros de autoridade arquivística; construção de pontos de acesso.

Trata-se, conforme descrito, de um conjunto documental único, de grande valor intrínseco e essencial para o aprofundamento do estudo da atividade cultural e científica portuguesa, desde os meados do século XX até a atualidade, em múltiplos domínios.

O fato de se encontrar preservado, organizado e disponível à consulta pública, a que acresce a disponibilidade da FCT no sentido de integrar espólios pessoais, valorizam ainda mais a ação e o trabalho promovido pela FCT, contando com a colaboração e o apoio científico do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL e o acompanhamento técnico da DGLAB.

Refira-se, por fim, à adesão do ACT à Rede Portuguesa de Arquivos, partilhando, agora também por essa via, a missão da divulgação do património arquivístico que a FCT tem à sua guarda, tornando-o acessível a partir de redes de informação internacionais, como a Europeia ou a Apenet.

Referências bibliográficas

AA.VV. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências, 1986.

AA.VV. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1992.

ABREU, Armando Trigo de. Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica. *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, Lisboa, n. 2, p. 108, 1987.

BRANDÃO, Tiago. *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974): organização da ciência e política científica em Portugal*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

BRITO, José Maria Brandão de. A economia portuguesa nos anos 60: as questões do desenvolvimento na encruzilhada das "integrações". In: AMARAL, João Ferreira do (org.). *Ensaios de homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, p. 439-456, 1995.

CARAÇA, João. Ciência e investigação em Portugal no século XX. In: PERNES, Fernando (coord.). *Panorama da cultura portuguesa no século XX: as ciências e as problemáticas sociais*. Porto: Edições Afrontamento; Fundação Serralves, p. 209-224, 2002.

DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. *Orientações para a descrição arquivística*. 2011. Disponível em: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA_v_3_0-12.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2012.

FITAS, José Augusto; NUNES, Maria de Fátima; RODRIGUES, Marcial A. E. *Filosofia e história da ciência em Portugal no século XX*. Casal de Cambra (Portugal): Caleidoscópio, 2008.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA. Disponível em: <<http://www.fct.pt/>>.

GONÇALVES, Maria Eduarda. Ciência II – a construção da política científica em Portugal, 1967-1997. In: FERREIRA, Vitor Wladimiro (coord.). *Portugal 45-95, nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, 1998.

HEITOR, Manuel V.; HORTA, Hugo. Engenharia e desenvolvimento científico: o atraso estrutural português explicado no contexto histórico. In: BRITO, J. M. Brandão de; ROLLO, Maria Fernanda; HEITOR, Manuel V. (coord.). *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Dom Quixote, v. 1, p. 331-381, 2004.

HENRIQUES, Luísa. *The dynamics of a national system of innovation and the role of the non-profit space: Portugal as a research laboratory*. 2006. Tese (Doutoramento em Economia e Inovação), Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

PEREIRA, Ana Leonor; DOMINGUES, Heloísa B.; PITA, João Rui; SALAVERRY, Oswaldo. A natureza, as suas histórias e os seus caminhos. COLÓQUIO INTERNACIONAL TEMAS DE CULTURA CIENTÍFICA. 2., 2006, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

ROLLO, Maria Fernanda; BRITO, José Maria Brandão de. Indústria/ industrialização. In: ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (coord.). *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand, p. 460-480, 1996.

ROLLO, Maria Fernanda. *Portugal e a reconstrução económica do pós-Guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

_____. Professores universitários demitidos pelo Estado Novo: memória e homenagem. *Revista Ingenium*, Lisboa, n. 126, p. 98-99, nov./dez. 2011.

ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; e BRANDÃO, Tiago. Pensar e mandar fazer ciência: princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo. *Ler História*, Lisboa, n. 61, p. 105-145, 2011.

ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela. *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX: da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

ROSAS, Fernando. Estado Novo: Universidade e depuração política do corpo docente. In: PROENÇA, Cândida (org.). *Maio de 1968 trinta anos depois: os movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Colibri; Instituto de História Contemporânea, p. 77-92, 1999.

_____. *A depuração política do corpo docente das Universidades portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa: Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo, 2011.

RUIVO, Mário. Ciência – introdução. In: FERREIRA, Vitor Wladimiro (coord.). *Portugal 45-95, nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, p. 221-223, 1998.

SANTOS, Américo Ramos dos. Abertura e bloqueamento da economia portuguesa. In: REIS, António (dir.). *Portugal contemporâneo*. (vol. 3) *Do Declínio do Estado Novo à implantação do regime democrático*: difícil modernização da economia e da sociedade. Tempos de mudança na vida cultural e nas mentalidades. Lisboa: Publicações Alfa, p. 109-150, 1996.

Recebido em 13/7/2013

Aprovado em 20/8/2013